

Veja

4/12/1985

Economia & Negócios

Chovendo no molhado

As águas de novembro são insuficientes para afastar de São Paulo e do Paraná as nuvens de prejuízos e fome que a estiagem trouxe

O verde exuberante que, com as primeiras chuvas, emergiu da paisagem castigada do interior de São Paulo e do Paraná não exhibe os matizes alegres de anos anteriores. Depois de seis meses de estiagem, que conferiram ao campo traços semelhantes aos da caatinga, as árvores estão recompostas, a pastagem tenra e o céu coberto de nuvens. A terra nua, contudo, só agora está sendo preparada para receber a sementeira, o gado ainda vaga magérrimo e, nas estradas, famílias de bóias-frias vasculham algum destino. Para uma região que produz quase 20% de toda a riqueza agropecuária do país, trata-se de um cenário desconcertante. "A seca desmascarou a fragilidade da agricultura brasileira justamente onde ela era mais imponente", constata o engenheiro agrônomo Cássio Amaury Fleury, 54 anos, chefe da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Fleury observa que São Paulo carece de vastas áreas irrigadas e de técnicas eficientes de armazenamento de forragens, facilidades encontradas em áreas agrícolas de países que ostentam a mesma produtividade paulista. Por isso, boa parte dos danos é irreparável a curto prazo.

Os caprichos do tempo, de certa forma, estão fazendo chover no molhado, como sugere a colheita de números operada pela estiagem. São Paulo, por exemplo, habitualmente produz 8 dos 50 milhões de sacas de café colhidos a cada ano no país. As cifras serão outras em 1986. "Estima-se uma perda de 5 milhões de sacas na safra do ano que vem", calcula Fleury. Com a ausência da umidade, os pés de café perdem as folhas e as flores, que dariam origem aos grãos. De nada adianta encharcar-se tardiamente a plantação. "A safra do ano que vem está perdida, minha fé agora está na salvação dos pés novos", resigna-se Arnaldo Campos, 55 anos, dono de 90 000 pés de café nos arredores de Franca, cidade de 150 000 habitantes a 400 quilômetros de São Paulo. "Essa região produzirá 70% menos do que no ano passado", resume Wanderley Salgado, 48 anos, supervisor da Delegacia Regional Agrícola de Franca.

ENXADAS PARADAS — As águas de novembro tampouco lograram desanuviar os carregados horizontes que aguardam outras culturas. Em Guará, cidade de 13 000 habitantes no norte de São Paulo, somente na semana passada os primeiros grãos de algodão, a principal riqueza da região, começaram a germinar. A espera da chuva, os agricultores adiaram o plantio tanto quanto puderam. Em consequência da demora, darão frutos apenas cerca de 100 000 hectares, em vez dos 285 000 que esperavam semear. Não é só. Plantado com atraso, o algodão só será colhido em março. Nessa época, a chuva deverá voltar a cair e escurecer a fibra, derrubando o preço do produto.

O atraso compulsório no cronograma da natureza inclui, entre seus reflexos dramáticos, a falta de trabalho para os bóias-frias. Nas suas incursões sazonais pelas lavouras de terceiros, os bóias-frias costumam amealhar recursos suficientes para sobreviver nos períodos em que as enxadas permanecem ociosas. "Os plantios estão demorando, a colheita se atrasará e muita gente ficará sem o que fazer", prevê o coordenador Fleury. "O governo precisa se armar para enfrentar uma grave crise de desocupação no campo." Na semana passada, multiplicavam-se indícios de que a estiagem semeou tempestades nesse território. Depois de vagar três meses sem trabalho pelas roças de Guará, Nivaldo de Deus Godinho, 23 anos, agricultor sem terra, preparava-se para deixar a região quando foi socorrido pelos céus. Ele vai receber 25 000

cruzeiros por um dia de 10 horas de trabalho numa recém-plantada cultura de algodão. "A plantação, pelada do jeito que estava, era uma tristeza para nós e para o dono da terra. Ninguém tinha o que fazer", conforma-se Nivaldo.

TEMPOS BICUDOS — Há dez anos, o paulista João Lourenço, 28 anos, retira seu sustento e o da família do corte de cana-de-açúcar na região de Cravinhos. "Quando acabar o corte, não sei o que fazer", pondera. Até o ano passado, Lourenço estava certo de que o corte de cana se prolongaria até fins de dezembro — depois disso, imaginava, haveria trabalho na colheita de outras culturas. "Neste ano está tudo indefinido", diz. O 1,2 milhão de cruzeiros que ele retira da lavoura por mês, gasta todo. Sem uma reserva para ir adiante, Lourenço provavelmente engrossará os pelotões de desocupados que Fleury teme. Uma legião de retirantes que se acreditava privativa do Nordeste. Mesmo regiões que pareciam eternamente vinculadas à prosperidade e à boa qualidade de vida tiveram que refazer suas expectativas. Em Bebedouro, por exemplo, cidade de 46 000 habitantes situada a 395 quilômetros da capital paulista, onde estão plantados 53 milhões dos 125 milhões de pés de laranja do Estado, os tempos estiveram bicudos.

O semestre de seca cobrou 15% da atual colheita e espalhou a desolação pelas fazendas, murchando uma quantidade incalculável de frutas. "As laranjas estão parecendo coquinhos", compara Audete Guilherme da Fonseca, 68 anos, administrador da Fazenda Nazareth, uma das mais prósperas da região. Em condições normais, as frutas secas encontram compradores nas indústrias, que conseguem extrair mecanicamente todo o suco. "Desta vez, até as máquinas refugaram as frutas, de tão secas", informa o engenheiro agrônomo João Pedro Mattar, 50 anos, chefe da Delegacia Agrícola de Bebedouro.

Também os pecuaristas conheceram a face mais dura da seca. A vacinação obrigatória, que permite uma espécie de recenseamento do rebanho, já acusou que das sintomáticas. Em Barretos, a capital paulista do gado de raça, foram vacinadas apenas 65 000 reses neste ano, contra as 98 000 do ano passado. "Cerca de 4% do rebanho morreu e o resto emagreceu sensivelmente", diz o veterinário Pedro Ribeiro, 50 anos, representante da Secretaria da Agricultura na cidade.

FRENTES DE TRABALHO — Choveu em São Paulo este ano somente 271,3 milímetros — muito menos do que os 406 milímetros de 1963, ano da pior seca do Estado. Se a estiagem paulista e os danos por ela causados só encontram paralelo na grande seca de 1963, os paranaenses recuam ainda mais no tempo para localizar uma catástrofe de dimensões semelhantes à que agora se abateu sobre o Estado. "Flagelo igual a esse, só em 1958", depõe Euclides Scalco, chefe da Casa Civil do governo do Paraná. A Secretaria da Agricultura contabiliza prejuízos globais de 1,1 trilhão de cruzeiros, derivados sobretudo da perda de 570 000 toneladas de milho, feijão e algodão. O lago da represa de Vossoroca, que alimenta as turbinas da Usina Hidrelétrica de Chaminé, responsável pelo abastecimento de Curitiba, perdeu 90% dos seus 36 milhões de litros d'água. Calcula-se que, para devolver a lâmina d'água a níveis compatíveis com a geração total de energia, seria preciso chover ininterruptamente durante trinta dias. Por pouco a Vossoroca não mergulhou Curitiba num severo regime de racionamento de energia elétrica.

Quando se avança rumo ao norte do Paraná, o drama que a estiagem provocou ganha tons mais sombrios. Cerca de 100 000 dos 400 000 bóias-frias que trabalham nas safras de verão estão sem emprego, e sobrevivem graças a cestas de alimentos distribuídas pelas prefeituras. O governador José Richa, numa medida que tem parentesco com a formação das frentes de trabalho nordestinas, liberou 10 bilhões de cruzeiros para ocupar em obras públicas a multidão de trabalhadores sem serviço. "A situação caminha para o absurdo de termos pequenos proprietários passando fome", diz o agrônomo Marco Antônio Castanheira, presidente da Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi (Valcoop), com sede em Londrina. Previsões

formuladas por meteorologistas e economistas apontam para a regularização da situação em São Paulo e no Paraná. Mas a simples ameaça de fome, mesmo temporária, numa região historicamente banhada pela fartura representa um susto que não será esquecido por alguns anos.

(Páginas 112, 113 e 115)